

UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR

Ana Carla da Silva Oliveira (1); Ana Beatriz Cândido Vieira (2)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, aanacarla2.2015@gmail.com (1)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, biacandido179@gmail.com (2)

Resumo: Sabendo da importância que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996) tem como regulamentadora da educação brasileira é fundamental que se observe como ela funciona fora do papel. O objetivo deste artigo é analisar como as políticas públicas do Ensino Superior presencial e a distância se efetivam na prática, mais especificamente no contexto regional. Para isso, foram entrevistados dirigentes, docentes e alunos de algumas instituições públicas e privadas de ensino superior e de polos de Educação a Distância, em algumas cidades da região do Seridó no Rio Grande do Norte. A análise irá mostrar a diferença entre o funcionamento das leis em instituições públicas e privadas, tanto no ensino presencial quanto na educação a distância.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais, Ensino superior, Educação pública, Educação privada.

1. INTRODUÇÃO

Será que as diferenças entre as instituições públicas e privadas de ensino superior, no que se refere às dimensões financeira, administrativa e pedagógica, são tão grandes como as do ensino básico? Os cursos oferecidos pela modalidade de Ensino a Distância são de inferior qualidade se comparado aos cursos presenciais? A partir destas questões demos início à nossa pesquisa, na qual foram entrevistados dirigentes e alunos de algumas instituições de Ensino Superior e de polos de Educação a Distância das cidades de Currais Novos e Lagoa Nova, na região do Seridó no Rio Grande do Norte.

Tomando como base teórica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996), o objetivo deste artigo é analisar como as políticas públicas do Ensino Superior nas modalidades presencial e a distância se efetivam na prática, no contexto regional. A análise irá mostrar a diferença entre o funcionamento das leis em instituições públicas e privadas, tanto no Ensino Presencial quanto na Educação a Distância.

Para isso, o artigo contemplará informações sobre o ensino superior no país de acordo com leis educacionais, análise do andamento do Plano Nacional de Educação em relação à educação superior, dados sobre Educação a Distância, e por último, será apresentado o resultado da pesquisa feita para comparar a prática das políticas públicas em instituições

públicas e privadas de ensino superior, tanto na modalidade presencial quanto a distância.

2. METODOLOGIA

Para chegar aos dados destacados neste artigo, foram entrevistados dirigentes, docentes e alunos de algumas instituições públicas e privadas de Ensino Superior e de polos de Educação a Distância das cidades de Currais Novos e Lagoa Nova, ambas localizadas na região do Seridó no Rio Grande do Norte. A entrevista se baseou em buscar informações no que se refere às dimensões financeira, administrativa e pedagógica dessas entidades. O objetivo, com isso, é comparar a aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996) nas esferas pública e privada do ensino superior nas modalidades presencial e a distância.

3. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Conforme o Artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Educação Superior tem como finalidade “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”, assim como também “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua”.

Ainda, segundo o Artigo 43 da Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a Educação Superior objetiva “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”, além disso, igualmente “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

Outra finalidade da Educação Superior, de acordo com o Artigo 43 da Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), é “suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração”, objetiva também “estimular o conhecimento dos

problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”. Ademais, “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. E “atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares”.

As finalidades do nível superior da educação brasileira mostram que, além da formação de profissionais, as universidades e faculdades buscam manter uma relação de cooperação para com a sociedade. Busca-se promover o conhecimento científico e tecnológico, além de outras coisas, para solucionar problemas de cunho regional e nacional e, assim, atuar em benefício das comunidades onde se localizam essas instituições.

No âmbito social e cultural, para o ensino superior:

É-lhe atribuída significativa participação na formação dos profissionais dos diversos campos e na preparação dos quadros administrativos e das lideranças culturais e sociais do país, sendo visto como poderoso mecanismo de ascensão social, cabendo destacada valorização para o ensino oferecido pelas universidades públicas. (SEVERINO, A. J., 2008, p. 74)

Com o processo de globalização e expansão do capitalismo, a educação superior passou a ser vista pela maioria da população brasileira como um meio de preparação para o trabalho e forma de se conseguir maior estabilidade econômica e, até mesmo, ascensão social. Nesse contexto, a produção científica é deixada de lado e só é percebida com mais clareza no momento em que se está inserido no meio acadêmico.

O Artigo 55 da Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) diz que “caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”. Também, além do financiamento de responsabilidade da União, atualmente existem quatro programas de financiamento estabelecidos pelo Ministério da Educação, que são: o Programa IES-MEC/BNDES, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

É notável que a educação superior no Brasil vem se ampliando para todas as esferas da população, visto que o investimento em políticas públicas sociais e educacionais ampliou o acesso à educação para os estudantes com vulnerabilidade econômica e social. Dessa forma, por mais que a educação não seja a prioridade dos

governantes deste país, o ensino superior público se destaca no que diz respeito à qualidade de ensino, pesquisa e extensão.

3.1 O ANDAMENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR

Segundo o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, para a Educação Superior foram estabelecidas três metas: Meta 12, Meta 13 e Meta 14. A meta 12 tem como objetivo elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Atualmente, dados obtidos através do Observatório do PNE e publicados pela última vez em 2014, mostram que a porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos (taxa bruta) está em 34,2%, a porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior (taxa líquida) alcança 17,7%, e a porcentagem de matrículas novas na Rede Pública em relação ao total de matrículas novas na Educação Superior chega apenas a 5,5%.

A Meta 13 do PNE busca elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores. Segundo o Observatório do PNE (2014), a porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de Educação Superior está em 74,3%, chegando perto de atingir a meta, e a porcentagem de doutores no corpo docente das instituições de Educação Superior já alcançou seu objetivo atingindo 35,1%.

A Meta 14 do PNE procura elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. De acordo com o Observatório do PNE (2014), o número de mestres titulados chega a 50.229 e o número de doutores titulados atinge os 16.745.

Esses dados sobre o PNE para a Educação Superior mostram que, enquanto algumas metas estão distantes de seu objetivo outras já foram alcançadas. Embora alguns dados verificados mostrem baixas porcentagens se comparados às metas a serem alcançadas, é percebido que ainda há tempo de serem cumpridas,

uma vez que o tempo previsto para isto ainda está vigente.

4. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

De acordo com o artigo 1º do decreto número 5.622/2005, que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Educação a Distância

Caracteriza-se como [...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A partir deste conceito, é possível pontuar a EaD em relação ao ensino superior, como uma ferramenta inteligentemente desenvolvida para aumentar a possibilidade de pessoas que não possuem condições de cursar uma graduação na forma presencial, seja devido aos mais diversos motivos, ingressar e concluir um determinado curso com mais facilidade. Entretanto, não porque seja mais fácil, mas sim devido ao fato de que essa modalidade pode ser flexível ao horário de cada pessoa, visto que o discente é quem decide o horário e o lugar em que vai estudar. Dessa forma, a EaD democratiza o acesso à educação às mais diversas pessoas que querem uma formação profissional, mas que não poderiam estar em um curso presencial.

Ainda é válido salientar que a modalidade de Ensino a Distância não é restrita somente ao Ensino Superior. Conforme o Artigo 2º do Decreto 5.622/2005 a modalidade pode ser ofertada na educação básica (como complemento de estudo), na educação de jovens e adultos, na educação especial (respeitadas as especificidades legais pertinentes), na educação profissional (técnica de nível médio e tecnológico de nível superior), e na educação superior (abrangendo todos os cursos e programas).

Há quem pense que a EaD é uma modalidade educacional recente, no entanto, existem registros que pouco antes de 1900, já havia jornais do Rio de Janeiro que traziam ofertas de cursos de profissionalização por correspondência.

Há registros de cursos de taquigrafia a distância, oferecidos por meio de anúncios de jornais, desde a década de 1720. Entretanto, a EAD surge efetivamente em meados do século XIX, em função do desenvolvimento de meios de transportes e comunicação (como trens e correio), especialmente com o ensino por correspondência. (MAIA e MATTAR; 2007, p.21)

Após esse período essa modalidade de educação evoluiu juntamente com a tecnologia. Todavia mesmo que a EAD tenha evoluído bastante com o surgimento de novas tecnologias alguns autores ainda afirmam que não é correto fazer

uma relação direta com elas, visto que, segundo Bastos, Cardoso e Sabbatini (2000), “qualquer forma de educação em que o professor se encontra distante do aluno pode ser considerada uma forma de Educação a Distância”. Para eles EAD não é sinônimo de tecnologia, uma vez que, da mesma forma que pode se aprender lendo um livro, se pode aprender assistindo a uma videoconferência por meio da internet, ou seja, o produto final da aprendizagem é consequência do próprio aprendiz, e não da forma que ele utiliza para se desenvolver.

Segundo Maia e Matar (2007), se a história da EaD for dividida em três gerações, estamos hoje vivenciando a terceira, sendo que a primeira faz relação com o ensino por meio de correspondências, utilizando materiais impressos, livros e apostilas. A segunda geração diz respeito às novas mídias que foram aparecendo com o passar do tempo, como rádio, vídeo cassete e televisão, e finalmente a terceira, chamada de EaD on-line, na qual se faz uso de ambientes virtuais de aprendizagem, redes sociais, fóruns e videoconferências.

A partir de todas essas considerações sobre a modalidade de Educação a distância, é possível dizer que sua regulamentação foi e é de grande relevância para o ingresso de novos discentes em todos os meios de qualificação profissional e principalmente, no acadêmico. No entanto, ainda é preciso que as políticas públicas que regem a EaD, sejam realmente efetivas na prática para que não se tenha somente um número alto de alunos registrados nessa modalidade de ensino, mas, profissionais verdadeiramente capacitadas para suprir as demandas exigidas pela sociedade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o resultado da pesquisa foram comparadas instituições de ensino superior em relação às dimensões financeira, administrativa e pedagógica. Neste artigo não serão citados os nomes das instituições utilizadas para a pesquisa, logo, elas serão referidas como Instituição Pública de Ensino Superior ou Instituição Privada de Ensino Superior.

5.1 EDUCAÇÃO PRESENCIAL: DIFERENÇAS ENTRE PÚBLICO E PRIVADO

Retomando a pergunta feita no início deste artigo, será que as diferenças entre as instituições de ensino superior públicas e privadas, no que se refere às dimensões financeira, administrativa e pedagógica, são tão grandes como se

é percebido entre as do ensino básico? Comparamos os dados obtidos por meio de entrevista para responder a essa pergunta.

Em relação ao financiamento, foi respondido pela Instituição Pública de Ensino Superior que os recursos recebidos são totalmente públicos, sem nenhum convênio com instituição privada. Já a Instituição Privada de Ensino Superior, afirmou que os recursos dela são totalmente privados, visto que sua receita se dá por meio da mensalidade paga pelos alunos.

Sobre a dimensão administrativa, foi perguntado como é feita a escolha dos diretores e coordenadores que compõem a instituição, como e por quem são tomadas as decisões, e se tem participação dos alunos e da comunidade nessas decisões. Segundo o diretor da Instituição Pública de Ensino Superior, a escolha dos diretores e coordenadores se dá por meio de eleição. O peso dos votos (para os professores, técnico-administrativos e alunos) nessas eleições depende do edital, pois ele pode ser paritário, ou seja, tem o mesmo peso para todos, entretanto, existem editais em que o peso do voto dos docentes é maior. Em relação às decisões a serem tomadas, existem vagas em todos os colegiados para as três instâncias, porém normalmente os alunos não participam das decisões, por que não são articulados para ter representação junto aos colegiados. Não se sabe a razão, mas são raras as vagas de alunos que são ocupadas, mesmo sabendo-se que está na lei essa vaga. Ao contrário da pública, a instituição privada, por ser uma sociedade, tem sua gestão eleita pelos sócios, ou seja, o voto não é democrático. E para a tomada de decisões existem colegiados de cursos que tem a presença de alunos, professores e técnico-administrativos, segundo o coordenador.

Para o ingresso de alunos, a Instituição Pública de Ensino Superior adota o programa Sisu (Sistema de seleção unificada), e a Instituição Privada de Ensino Superior tem um vestibular próprio, chamado simplificado, também adota o ENEM, para alunos com nota mínima 600, e o ProUni (Programa Universidade para Todos). Para a seleção de professores e técnico-administrativos da instituição pública é feito um concurso público, e para professores substitutos, prova didática e análise de títulos. Já na instituição privada as seleções se dão por meio de prova didática e análise de títulos.

Sobre os projetos político-pedagógicos das instituições, em relação à Instituição Pública de Ensino Superior foi explicado que cada curso tem seu projeto pedagógico (chamado de PPC), e que esses projetos são elaborados e reformulados por uma comissão chamada NDE (Núcleo Docente Estruturante), cada curso, segundo uma resolução obrigatória do MEC tem que ter um NDE. A Instituição Privada de Ensino

Superior não deu detalhes sobre o seu projeto político-pedagógico, só disse que ele segue os padrões da LDB.

A respeito da elaboração da grade curricular, na Instituição Pública de Ensino Superior ela é aprovada no Projeto Pedagógico do Curso, essa grade passa por todos os órgãos e é aprovada pelo CONSEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão). O coordenador da Instituição Privada de Ensino Superior explica que, a sua grade curricular obedece à LDB e o Núcleo Docente Estruturante é o responsável por sua elaboração.

Na instituição pública a carga horária de aula dos docentes corresponde a, no mínimo oito créditos, que significa duas disciplinas de sessenta horas, considerando que eles possuem outras atividades como pesquisa e extensão. Na instituição privada, essa resposta não foi explicitada pelo coordenador. Em relação à oferta de cursos de pós-graduação, a pública tem quase cem cursos, enquanto a privada, apenas quatorze. E no que diz respeito a ambas, foi dito que o curso com menos procura é o de Turismo, que corre o risco de ser fechado por causa disso.

Dessa forma, pode-se dizer que as diferenças entre as instituições públicas e privadas na modalidade presencial de ensino superior da região, no geral, são mínimas, pois ambas têm a LDB como regulamentadora oficial. O que pode diferenciar uma instituição da outra poderia ser o perfil do aluno de cada uma delas, já que a função delas está sendo cumprida como oferecedoras de cursos a população, resta saber se o alunato está cumprindo com seu papel intelectual e de futuro profissional capacitado.

5.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DIFERENÇAS ENTRE PÚBLICO E PRIVADO

No que diz respeito ao financiamento da instituição de Educação a Distância da esfera pública, os recursos recebidos são totalmente públicos e só possui convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), e com a plataforma Freire. Já a instituição privada, afirmou que os recursos mantenedores advêm das mensalidades dos alunos e que na parte administrativa quando se trata da escolha de novos dirigentes para a instituição, a seleção é feita de forma interna, sem o conhecimento dos alunos e do restante da comunidade escolar, ao contrário da instituição pública que mostrou que os processos de escolha para novos dirigentes dos cursos são realizados através de uma eleição online, por meio de um site acadêmico específico e que tem a participação de discentes, técnicos e docentes, a entrevistada afirmou ainda que apenas as eleições para

diretores dos polos eram feitas de forma interna por meio de indicação. No que se refere às decisões tomadas pela instituição, a pública afirmou que há uma secretaria de apoio aos cursos, onde acontecem fóruns de discussões periodicamente e também as reuniões de órgãos colegiados, e que a comunidade sempre participa das atividades extracurriculares que são ofertadas. Já a instituição privada, declarou ter uma sede que dá apoio aos discentes, mas que as decisões são sempre tomadas internamente, não havendo uma gestão democrática, e que não há participação da comunidade escolar.

Em relação aos processos seletivos, a instituição pública alegou que para alunos, o ingresso se dá por meio de vestibular próprio contendo prova e redação, mas que já se discute a possibilidade da entrada por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Citou ainda que para professores e tutores o processo seletivo acontece mediante duas fases: primeiro a análise curricular e logo após uma entrevista escrita, e que todos esses processos seletivos são abertos através editais publicados em um site específico. Já a instituição privada, mencionou que para alunos a entrada se dá por meio de um vestibular próprio que consiste apenas de uma redação dissertativo-argumentativa, na qual se oferta três temas distintos e o interessado em ingressar escolhe um para redigir sua redação. Para professores acontece tanto por meio de indicação, quanto por análise curricular.

Quanto aos aspectos pedagógicos dessas instituições, as duas possuem Projeto Político Pedagógico, atualizados conforme a necessidade, no entanto a instituição de ensino público acrescentou que os cursos ofertados estão sendo muito bem avaliados pelo MEC, inclusive possui um curso com nota máxima no aproveitamento, na estrutura e nas produções.

No que se refere às grades curriculares dos cursos, a instituição pública afirmou que quem as define são as coordenações de cursos. Já a aluna entrevistada da instituição privada, afirmou que durante o curso, a sua turma obteve vários impasses com a grade curricular, visto que eles seguem a grade ofertada pela instituição que irá certificá-los ao fim do curso, e como vários contratos dessas instituições que iriam certificar foram cancelados, a cada novo contrato, recebiam o anúncio de uma “nova grade”, no entanto ela afirmou que o que mais mudava em relação às disciplinas eram as nomenclaturas e a ordem, contudo, ela ainda afirmou ter se sentido prejudicada com essas mudanças.

As duas instituições oferecem cursos de pós-graduação, no entanto o processo de oferta de mestrado ainda está sendo discutido e a instituição privada também oferta cursos técnicos. Uma grande diferença que foi encontrada entre as duas instituições, foi que a instituição de ensino público oferece uma plataforma online, na qual

são ofertados os materiais, atividades e referências para serem estudados e ainda mais possibilita o contato dos discentes com os professores e tutores, já a instituição privada de ensino a distância, não oferece nenhum site ou plataforma de estudos, os materiais de estudo são disponibilizados apenas nos encontros presenciais, que ocorrem em apenas um final de semana por mês, durante a sexta e o sábado, e caso posteriormente haja alguma dúvida, os alunos têm que retirá-las por meio de contato pessoal com os professores, por meio de telefones ou de redes sociais.

As instituições diferem também nos modelos avaliativos, já que na pública utiliza-se de provas que acontecem regularmente e são marcadas antecipadamente de acordo com o calendário acadêmico e, além disso, a média para aprovação não difere da modalidade de ensino presencial, e na instituição particular, a entrevistada afirmou que é muito difícil ser avaliada por provas, os professores cobram mais seminários. “Nem lembro a última vez que fiz uma prova, os professores não fazem muito, geralmente em um encontro eles passam um material, aí durante o mês a gente estuda, e no outro encontro a gente apresenta” disse a entrevistada. E quando perguntamos se ela achava que o curso que na modalidade a distância tinha o mesmo padrão do presencial, ela respondeu que tudo dependia dos alunos, e que tirava como exemplos os próprios colegas de sala, que existiam alguns que mesmo com um longo prazo não faziam sequer as atividades solicitadas, outros até pagavam para alguém fazer e que existiam os que faziam tudo “ao pé da letra” e pesquisavam além do que era solicitado, procurando sempre levar novas discursões para as aulas presenciais. Ao fazermos essa mesma pergunta a entrevistada da instituição pública, a resposta foi semelhante, no entanto ela acrescentou que o aluno da EAD, tinha que se identificar com a modalidade, ser disciplinado e está disposto a estudar realmente. “Ao contrário do que todos pensam, o curso exige muito, não é simplesmente empurrar com a barriga”, disse ela, enfatizando ainda que por essa razão é que o curso tem uma grande taxa de evasão, pela falta de disciplina dos alunos, que não obedecem aos cronogramas de estudos e acabam perdendo o controle da situação.

Com bases nesses dados foi possível identificar que na instituição pública os requisitos previstos nas legislações pertinentes são bem mais contemplados do que na privada, o ingresso é mais difícil e os alunos são muito mais cobrados e por isso, a credibilidade da instituição é maior. Contudo, como as entrevistadas mesmo destacaram, o grande diferencial é o aluno, seja qual for a instituição que ele faça parte, o desejo de aprender e de buscar conhecimentos deve suscitar do próprio discente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos, é possível definir dois pontos principais, capazes de responder as questões iniciais deste trabalho. Primeiro, que as normas instauradas pela LDB, mesmo não sendo atendidas em todos os quesitos pelas instituições, principalmente pelas instituições privadas de ensino, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância, estão sempre presentes no modelo de organização destas entidades, ou pelo menos, se fazem presentes em uma coisa ou outra no que diz respeito às questões pedagógicas.

O segundo ponto, é que de fato, existe uma diferença considerável entre a instituição pública e privada, principalmente se tratando de Educação a Distância. Infelizmente, pelas respostas de uma aluna desta modalidade, tornou-se notório a falta de estrutura que esta instituição possui, pois com aulas apenas em um final de semana por mês, e no intervalo de uma aula para a outra, quase nenhum contato com o professor, ou até mesmo sem uma forma de comunicação mais efetiva para EAD, certamente prejudicam os alunos, que acabam ficando sem suporte por parte de professores e tutores.

Tais fatos mostram fatores negativos e positivos, encontrados durante a realização desta pesquisa, sendo satisfatório, comprovar que a LDB, está presente no cotidiano acadêmico, uma vez que este feito assegura uma educação eficaz e de maior qualidade.

Por fim, é mais que válido salientar que por mais que existam essas divergências entre o ensino público e privado, o diferencial em toda e qualquer modalidade de ensino, sempre será o estudante, uma vez que é ele, o protagonista de seu próprio desenvolvimento acadêmico e conseqüentemente, do êxito de sua futura ascensão profissional.

Com efeito, o exposto se comprova pela fala de uma aluna, que deu exemplos de seus próprios colegas de classe, uns muito esforçados, buscando sempre mais, enquanto outros, até pagavam para que terceiros fizessem as atividades solicitadas pelo professor. Também se comprova, na fala da representante de Instituição Pública de Ensino à Distância, que enfatizou a importância da disciplina e responsabilidade do aluno desta modalidade, frisando que não se trata de um modo mais fácil de se graduar, pelo contrário, que exige mais disciplina por parte do aluno, e que quando não acontece desta forma, logo ocorre a desistência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96 de 20.12.1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília/DF, 2015.

HERMIDA, Jorge; BONFIN, Cláudia. **A educação à distância: história, concepções e perspectivas**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf. > Acesso em: 05 de jun. de 2016.

Ministério da Educação. **Programas e Ações**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoes>> Acesso em: 06 de jun. de 2016.

Observatório do PNE. **Meta 12 - Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/12-ensino-superior/indicadores>> Acesso em: 05 de jun. 2016.

Observatório do PNE. **Meta 13 - Titulação de professores da Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/13-professores-titulados>> Acesso em: 05 de jun. 2016.

Observatório do PNE. **Meta 14 - Pós-graduação**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/14-pos-graduacao/indicadores>> Acesso em: 05 de jun. 2016.

SEVERINO, A. J. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar**. Curitiba, n.31, p. 73-89, 2008.

VILLAÇA, Márcio. **Educação a Distância e Tecnologias: conceitos, termos e um pouco de história**. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/viewFile/1197/801> > Acesso em: 05 de jun. de 2016.